



Relatório de acompanhamento armazenagem de grãos e notícias relacionadas á situação da cultura de soja e milho

Sudeste e Sul

Dez-2010/ Jan-2011

Em dezembro início do período de chuvas repôs os índices de umidade do solo e permitiu o avanço do plantio da safra de grãos nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País.

Foi também em dezembro o anúncio do governo federal em que autorizou as normas para a venda dos estoques públicos de milho, com concessão da subvenção econômica, por meio de leilões de Valor de Escoamento de Produto (VEP). Assim o governo pretende abastecer mercados com carência de insumo para fabricação de ração animal e para a indústria de alimentos, além de regularizar a alta de preço nos estados das regiões Norte e Nordeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais. A maioria do produto proveniente da 1ª safra de 2008/2009 e da 2ª safra (safrinha) plantada em janeiro e fevereiro de 2009, o governo mantém em torno de cinco milhões de toneladas de milho em seus estoques, principalmente da região Centro-Oeste, e estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

A Venda do estoque público é realizada por meio de leilões para regular o abastecimento e o preço dos produtos agrícolas na região de origem do depósito. O Valor de Escoamento de Produto (VEP) é um leilão de venda de estoque público. Neste caso, o governo paga uma subvenção, chamada de prêmio, para que o produto seja escoado para uma região determinada, com dificuldade de abastecimento. E o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP): é o valor concedido pelo governo à agroindústria ou cooperativa que adquire o produto pelo preço mínimo diretamente do produtor rural e o transporta para região com necessidade de abastecimento. Este instrumento desonera o governo da obrigatoriedade de comprar e estocar o produto.

O primeiro leilão de Valor de Escoamento de Produto (VEP) do milho aconteceu em 23 de dezembro e foram ofertadas 260 mil toneladas de milho dos estoques públicos. Do total, 200 mil toneladas serão escoadas para os estados das regiões Norte e Nordeste e 60 mil toneladas para o Espírito Santo, Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais. O segundo leilão de VEP de milho foi programado para 5 de janeiro de 2011 e foram comercializadas 267.672 toneladas para os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Outro leilão foi realizado no dia 12 de janeiro e foram ofertadas no total 219.949,371 toneladas de milho em grãos nos leilões de venda. O estado de São Paulo foi o maior ofertante no leilão, o Paraná apareceu logo atrás, seguido pelo Mato Grosso.

Vemos que a demanda de milho manteve a busca pelo estoque do governo federal. O mercado de milho na segunda semana de janeiro registrou poucos negócios, os compradores continuaram ativos no mercado, porém, a demanda seguiu bastante escassa. O pouco milho que se manteve na mão da iniciativa privada foi destinado, sua maioria, à exportação, já que foi reservado para a comercialização externa por meio dos leilões PEP.

A Conab realizou ainda no dia 20 de janeiro leilões de trigo e milho. Um deles pretendeu negociar 390 mil toneladas de trigo produzidos na Região Sul e nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A intenção foi permitir o escoamento do cereal para as Regiões Norte e Nordeste. A outra operação tentou comercializar 100 mil toneladas de milho dos estoques públicos para atender a demanda de produtores de suínos e aves, bovinos de leite, indústrias de ração do norte, nordeste, Rio de Janeiro, Espírito Santo e norte de Minas Gerais, mas apenas comercializou 73,7 mil toneladas.

Um dia antes, em 19 de janeiro, o leilão de venda direta do milho dos estoques governamentais comercializou quase 84%. Esse percentual equivale a 244 mil toneladas, de um total de 289 mil, armazenadas no Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Outra operação programada para o dia 26 de janeiro pretendeu escoar mais de 411,8 mil toneladas de grãos, para assegurar o abastecimento de arroz e milho no mercado interno, o leilão de venda direta de milho com oferta de 354,3 mil toneladas.

A operação de venda direta de milho é a 8ª desde o começo da safra 2010/2011 do grão. De novembro do ano passado até então, o governo colocou no mercado 1,2 milhão de toneladas do grão para complementar o abastecimento do insumo utilizado na alimentação animal. O resultado dos leilões mostra a forte demanda existente no mercado brasileiro, que deve ser mantida até a colheita da primeira safra e início do plantio da segunda safra. O governo realizará mais leilões de venda de milho de seus estoques, porém, o mercado dificilmente tende a recuar, já que as fortes chuvas devem impedir a colheita da safra nova.

Notícia também muito relevante no que tange a armazenagem foi de que o Ministério da Agricultura ampliou o prazo para certificação, por meio da Instrução Normativa nº 41, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 15 de dezembro. A regra alonga os prazos e prevê também a revisão das normas para os requisitos técnicos obrigatórios ou recomendados, que determinam as adequações estruturais, tecnológicas e de capacitação técnica para que as unidades armazenadoras possam obter a certificação.

No final de janeiro auditores técnicos de organizações acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) começaram a executar o trabalho de análise nas unidades. Com prazo de 180 dias para apresentar o relatório com ajustes das regras que devem ser cumpridas por proprietários de unidades armazenadoras. Entre os requisitos que serão avaliados pelos auditores para a certificação, estão a adoção de sistemas de higienização da estrutura e de temperatura dos grãos e as condições estruturais de armazenagem. O objetivo é evitar perdas na produção, melhorar a qualidade e quantidade dos grãos e capacitar os profissionais que atuam no setor.

Sobre a safra de grãos, no final de janeiro, começou a colheita do milho no RS. No RS a fraca intervenção do fenômeno La Niña favoreceu as culturas de soja e milho. Os produtores estavam muito temerosos este ano, tanto é que reduziu em 15% a área de plantio na região, entretanto, no Norte do Rio Grande do Sul, não ocorreu. Também nos últimos dias de janeiro a temida 'safra do La Niña' começou a ser colhida no Paraná com potencial para novo recorde de produção, puxado pela soja. Embora a maior parte das lavouras de verão ainda necessite de água, as expectativas atuais superam todas as projeções de quebra lançadas na época do plantio. Até mesmo em regiões onde havia maior risco de redução na produção, como o Oeste do estado, o cenário é considerado positivo. As máquinas também começam a entrar nas lavouras de verão do Sudoeste.

Clippings

RS perdeu cerca de 690 mil ton de grãos na safra 2009/2010

09/12/10

O Rio Grande do Sul colheu cerca de 23 milhões de toneladas de grãos e segundo a Associação Brasileira de Pós-Colheita pode ter perdido cerca de 690 mil toneladas de tudo o que foi armazenado dentro de silos e/ou armazéns, o que corresponde a 3% do total colhido. Se pegarmos a cotação de soja do dia 8 de dezembro cujo valor é de R\$ 48,07 e multiplicarmos por esta perda, teremos R\$ 33,168 milhões de Reais perdidos ou que deixaram de ser faturados pelos produtores ou processadores de soja. Em arroz, por exemplo, que é um dos principais produtos gaúchos, a perda seria de 30 mil toneladas. Muitos produtores gaúchos e cooperativas, já encontraram uma solução muito eficiente e segura. Trata-se do Cycloar, um sistema de exaustão, criado no Brasil (Curitiba) e que vem revolucionando a armazenagem brasileira. A ação do Cycloar é proporcionar a eliminação destas ocorrências, de forma natural e sem custos, e preservar a colheita armazenada com melhor qualidade.

Os produtores além de obterem melhor qualidade dos grãos armazenados, reduzem os custos de armazenamento, obtendo lucros extras, como economia de energia elétrica, uniformidade de umidade na massa e eliminação de odores, antes não dimensionados. "A maioria dos produtores não percebem que estão deixando de aumentar seus ganhos porque continuam aceitando a quebra técnica. Além dos problemas citados os grãos vão perder também qualidade e peso o que no final, pode aumentar ainda mais o prejuízo daquela safra" ressalta Werner Ulmann, criador do Cycloar.

Uma das cooperativas que buscou no Cycloar a solução para suas perdas foi a Cotripal, de Panambi. Segundo o Diretor de Compras da Cooperativa, Auri Wahlbrink, “a decisão de adquirir o Cycloar é porque tem a vantagem de manter preservado o ciclo biológico dos grãos e suas características fisiológicas, reduzindo a atividade dos insetos”, destaca Aury, afirmando ainda que o investimento neste tipo de equipamento não passa do 1% do custo operacional. “O procedimento de exaustão tem mostrado resultados positivos, mas para se conseguir isso, o produtor deve realizar corretamente todas as etapas, desde a colheita até a armazenagem”, assinala, acrescentando que a Cotripal já adquiriu e instalou mais de 1600 aparelhos. As informações são da assessoria de imprensa da Cycloar Sistema de Aeração.

Fonte: Agrolink

Estoque de soja sobe 39,2% entre junho de 2009 e junho de 2010

09/12/10

Os maiores estoques registrados em 30 de junho de 2010 foram os de soja em grão (19.240.064 t), de milho em grão (12.150.747 t), de arroz em casca (4.739.244 t) e de trigo em grão (3.460.202 t). Comparados aos estoques de 30 de junho de 2009, apresentaram variações positivas os de soja (39,2%) e milho (10,3%), enquanto os estoques de arroz e trigo apresentaram quedas de 1,5% e 3,9%, respectivamente.

No primeiro semestre de 2010, a rede armazenadora de produtos agrícolas em operação no país apresentou um decréscimo de 0,4% no número de estabelecimentos ativos, em comparação com o segundo semestre de 2009. No final do primeiro semestre de 2010 esta rede contava com 8.785 estabelecimentos ativos, dos quais 43,0% encontravam-se na região Sul, 22,8% na região Sudeste, 22,1% na Centro-Oeste, 8,5% na Nordeste e 3,6% na região Norte.

Apesar do número de estabelecimentos ter sofrido uma pequena queda, a capacidade de armazenagem total do país teve um acréscimo de 1,3%, atingindo 146.656.432 toneladas. A capacidade útil dos armazéns convencionais, estruturais e infláveis somou 76.746.287 metros cúbicos, sendo que, deste total, um pouco mais de 70,0% estava concentrado nas regiões Sudeste e Sul. Os armazéns graneleiros e granelizados totalizaram 53.507.600 toneladas de capacidade útil, sendo que a região Centro-Oeste deteve 49,5% desta capacidade de armazenamento e a Sul 33,8%. Os silos para grãos apresentaram 47.101.060 toneladas de capacidade útil total no país, detendo a região Sul 55,2% deste total e as regiões Centro-Oeste e Sudeste 26,6% e 13,1%, respectivamente.

Fonte: IBGE

Governo autoriza venda de estoques públicos de milho

13/12/10

O governo federal autorizou as normas para a venda dos estoques públicos de milho, com concessão da subvenção econômica, por meio de leilões de Valor de Escoamento de Produto (VEP). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará leilões de até 500 mil toneladas do grão. “O governo está abastecendo mercados com carência de insumo para fabricação de ração animal e para a indústria de alimentos, além de regularizar a alta de preço nos estados das regiões Norte e Nordeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais”, informa José Maria dos Anjos, diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A maioria do produto proveniente da 1ª safra de 2008/2009 e da 2ª safra (safrinha) plantada em janeiro e fevereiro de 2009. A operação de VEP, que faz parte da política de abastecimento, foi aprovada pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Agricultura, conforme a Portaria interministerial nº 568, publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 10 de dezembro.

O aviso com os procedimentos e data do leilão será publicado pela Conab. Podem participar produtores e cooperativas de aves, suínos e pecuaristas de leite, indústrias de ração animal e de alimentação humana, desde que escoem o produto para as localidades determinadas na legislação. O preço de abertura será o resultado da média dos preços de mercado nos últimos cinco dias anteriores ao leilão na região onde o produto está armazenado.

A portaria também prevê também a criação de grupo interministerial para acompanhamento das políticas de apoio à comercialização do milho, que deverá se reunir mensalmente ou em menor período de tempo, quando houver necessidade. O grupo tem autorização de ampliar o volume para mais 500 mil toneladas de milho.

O governo mantém em torno de cinco milhões de toneladas de milho em seus estoques, principalmente da região Centro-Oeste, e estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Fonte: Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ampliado prazo para certificação de armazéns

17/12/10

Os armazéns de grãos e produtos agrícolas terão maior prazo para adequar sua estrutura às regras do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. O Ministério da Agricultura ampliou o prazo para certificação, por meio da Instrução Normativa nº 41, publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última quarta-feira, 15 de dezembro. A regra alonga os prazos e prevê também a revisão das normas para os requisitos técnicos obrigatórios ou recomendados, que determinam as adequações estruturais, tecnológicas e de capacitação técnica para que as unidades armazenadoras possam obter a certificação.

Audidores técnicos de organizações acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) executarão o trabalho de análise nas unidades. Entre os requisitos que serão avaliados pelos auditores para a certificação, estão a adoção de sistemas de higienização da estrutura e de temperatura dos grãos e as condições estruturais de armazenagem. O objetivo é evitar perdas na produção, melhorar a qualidade e quantidade dos grãos e capacitar os profissionais que atuam no setor.

O recadastramento, previsto na Instrução Normativa nº41, compreendido no período de 2012 a 2017 estabelece percentuais de implantação em seis etapas, sendo 15% das unidades nas cinco primeiras e 25% na sexta etapa. Adicionalmente, concede mais quatro anos para que as unidades armazenadoras mais antigas, de difícil ou impossível adequação às normas da certificação, promovam as intervenções necessárias, para a desativação ou utilização exclusiva no atendimento emergencial.

A ampliação dos prazos dá condições à unidade para alcançar metas mais afinadas com a realidade do complexo armazenador do país, sem extrapolar a capacidade de investimentos por parte da iniciativa privada, responsável por mais de 95% da capacidade estática instalada no Brasil. “Ouvindo os operadores de diversos setores da economia, o Mapa se sensibilizou em relação à flexibilização do processo de implantação e revisão das normas”, explica a coordenadora-geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção do Ministério da Agricultura, Maria Auxiliadora Domingues de Souza.

Segundo a coordenadora, o processo é irreversível e o mercado entendeu os benefícios da certificação em andamento, conferindo um atestado de competência técnica às unidades armazenadoras para a realização de serviços específicos, atendendo ao padrão mínimo de qualidade com os requisitos técnicos estabelecidos. Ela lembra que a competitividade nas relações comerciais, em um mercado globalizado, é resultado dos padrões de qualidade e eficiência, que passam pela certificação dos produtos em toda a cadeia produtiva, sendo a armazenagem um importante elo desse processo, do qual não pode estar desvinculada.

O Ministério da Agricultura, na condição de coordenador do sistema, assegura o sucesso do empreendimento, sem perder de vista os aspectos relacionados ao abastecimento interno, à

segurança alimentar e aos contratos internacionais firmados pelos agricultores brasileiros.

“As diversas manifestações de reconhecimento da importância da medida recebidas pelo ministério demonstram a confiança do setor na orientação dos processos de qualificação da atividade armazenadora”, ressalta Maria Auxiliadora. Para ela, essas ações vão inserir o Brasil na vanguarda da atividade frente, aos concorrentes internacionais

Os armazenadores e demais interessados do sistema podem acessar o site do Mapa, clicando Serviços "Certificação" Unidades Armazenadoras, para consultas sobre normas e procedimentos para a obtenção do certificado.

Fonte: Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Armazenagem ainda enfrenta dificuldades no Brasil

Falta de investimento, pouca estruturação de produtores e descuidos durante o manejo da lavoura são alguns desafios, mas tecnologias avançam

17/12/2010

O Brasil deve bater este ano mais um recorde de produção. As áreas de lavoura e, principalmente, a produtividade não param de crescer. O produto está investindo cada vez mais e a qualidade dos produtos brasileiros já está sendo reconhecida mundialmente. No entanto, a pós-colheita ainda deixa a desejar e os problemas nesta fase acabam diminuindo a qualidade da boa produção nacional. A maioria dos armazéns ainda pertence às indústrias e algumas cooperativas. Dificuldades no financiamento rural e descuidos durante o cultivo são um dos principais desafios para o progresso da armazenagem no Brasil. Durante o IV Simpósio Sul Brasileiro de Qualidade do Arroz, que aconteceu entre 8 e 10 de dezembro, em Pelotas, Rio Grande do Sul, foram discutidas as dificuldades no setor e os avanços tecnológicos que estão contribuindo para o desenvolvimento da pós-colheita e melhora na qualidade de grão.

Nós temos muitas dificuldades na pós-colheita de grãos, especialmente o arroz. O produtor não pode esperar muito tempo para secar, tem que fazer a secagem, no máximo, até o dia seguinte após a colheita. Deve-se secar respeitando o grão, de forma gradual, com a temperatura crescendo aos poucos até a umidade adequada que é de 2% a 13%. No armazenamento, ele tem que fazer controle rigoroso de temperatura, umidade e pragas. Uma delas diz respeito à quantidade de armazéns e a distribuição deles. Nós temos ainda um sistema que predomina a concentração do armazenamento nas indústrias e também nas cooperativas. Outro problema é que muitos produtores pensam em aumentar área ao invés de investir em armazenagem. Quem colhe um produto que precisa ser seco imediatamente, como o arroz, tem que ter estrutura para conseguir colher, secar e armazenar todo o produto. O produtor tem adquirido as máquinas para colheita, mas não tem adquirido muitos silos de armazéns e aí joga para a indústria — explica Moacir Cardoso Elias, professor de agronomia da Universidade Federal de Pelotas e coordenador do evento.

Os cuidados durante o cultivo são essenciais e determinam também a qualidade do grão armazenado. O professor ressalta que um dos fatores que faz com que haja mais quebra de grão é a presença de arroz gessado. Isto ocorre pela falta de irrigação ou nutrição inadequada, principalmente em relação à adubação nitrogenada. Para não ter problemas de quebra de grãos, o produtor tem que tomar muito cuidado com a irrigação e fazer uma adubação equilibrada. Outro fator que influencia diretamente a qualidade nos grãos nos silos é o controle

de pragas e doenças na lavoura porque se elas não forem bem controladas os fungos ou insetos acompanham os grãos até os silos e atacam o arroz gerando os grãos picados ou manchados.

Na armazenagem é importante também contar com tecnologias modernas e que sejam capazes de manter a qualidade dos grãos colhidos, para que o produtor não tenha prejuízos. Nada adianta ter uma excelente colheita se ela for perdida por falta de investimento nas unidades armazenadoras. O Brasil já dispõe de empresas que comercializam tecnologias que melhoram a aeração e oferecem tecnologias de resfriamento de grãos.

O que nós temos de novidade é um sistema de exaustão que possibilita que o problema sério de condensação de água dentro das unidades armazenadoras seja reduzido. Não vai substituir a aeração, mas vai complementar ela de forma tecnicamente adequada e economicamente compatível.

Outra tecnologia é o sistema de frio para armazenagem. Foi comprovado que quando a gente mantém o produto resfriado antes de secar, conseguimos conservar o produto por mais tempo e com boa qualidade. Estou falando em resfriar a temperaturas inferiores a 18°. Quando se seca e armazena este produto abaixo de 16° a gente consegue manter a qualidade do grão e diminuir a quantidade de pragas durante um período bastante longo — conta Elias.

Fonte: **PORTAL DIA DE CAMPO**

Porto de Paranaguá terá sistema mais seguro de embarque de granéis

21/01/2011

Foi apresentado na tarde desta quinta, dia 20, em Paranaguá, o projeto de modernização do corredor de exportação que prevê, entre outras coisas, a implantação de balanças de fluxo que tornarão o embarque de granéis mais seguro no Porto. Operadores portuários, técnicos e engenheiros da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) participaram da reunião para discutir detalhes do novo projeto. Ele está sendo formulado por uma empresa privada.

Os trabalhos começaram há três meses e o projeto compreende a instalação de novos equipamentos no corredor de exportação, que atendem às normas atuais de segurança e agilidade nos embarques.

De acordo com Ary Correa Junior, diretor da MCA Sul, empresa contratada para desenvolver o projeto de modernização, com a conclusão do projeto, o corredor de exportação do Porto de Paranaguá será 100% automatizado.

– Além de termos mecanismos que nos permitirão controlar a cadência dos fluxos, teremos mais segurança operacional. Este é o principal ganho – explicou.

O projeto compreende também a instalação de balanças de pesagem próximas aos navios com fiscalização direta da Receita Federal. Ao todo serão oito balanças. Atualmente, nove terminais (sendo sete privados e dois públicos) são interligados ao corredor de exportação. Cada terminal pesa a sua carga em balanças aferidas e fiscalizadas pela Receita Federal e manda para os navios através das esteiras.

O sistema vai funcionar assim: a carga de granéis é descarregada nos terminais e segue pelas correias transportadoras até o carregador de navios, para ser embarcada. As novas balanças

serão instaladas pouco antes da carga ser depositada no porão dos navios, dando 100% de segurança na quantidade de carga embarcada.

O projeto de modernização prevê ainda a construção de piers em forma de T, paralelos ao cais existente, e que possibilitará a atracação de quatro navios simultaneamente. De acordo com Correa, um dos berços será especializado para receber navios de grande porte, chamados de "cape size" e que embarcam cerca de 110 mil toneladas de grãos. Os demais três berços serão feitos para receber navios "Post Panamax", que embarcam cerca de 75 mil toneladas de grãos.

Serão necessários mais três meses para que o projeto de modernização do corredor esteja concluído. O custo final da implantação do projeto ainda não foi calculado porque é preciso definir especificações técnicas que estão em discussão. A expectativa é que o novo corredor esteja funcionando em dois anos e meio.

Comissão

A Comissão Especial de Auditoria instalada pelo superintendente da Appa, Airton Vidal Maron, para a fiscalização dos processos investigados pela Polícia Federal já começou a trabalhar. Ela é formada por seis funcionários da Appa e irá investigar também os processos de aditivos contratuais que foram questionados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

– Nossa intenção é descobrir onde houve problemas e evitar que ocorram novamente. Seremos enérgicos na apuração dos fatos e na punição de quem esteja envolvido com possíveis fraudes – disse o superintendente.

As auditorias internas vão apurar ainda a operação dos terminais que exportam grãos e, havendo comprovação de fraude, eles poderão ser punidos até com a rescisão do contrato de arrendamento.

Fonte: Governo do Estado do PR

Obras não aliviam gargalo logístico em ano de safra recorde

27/01/2011

De acordo com estudo da Famato, o transporte dos **GRÃOS** por hidrovias reduziria os custos em 70% na comparação ao rodoviário, e por ferrovia seriam 35% menores

Os produtores brasileiros iniciaram neste mês a colheita de uma safra recorde, de 149,41 milhões de toneladas de **GRÃOS**, e mais uma vez a chamada eficiência da porteira para dentro não encontrará correspondência do lado de fora. No momento de escoar a produção, eles encontrarão pela frente os já conhecidos desafios logísticos, apesar das várias obras de infraestrutura anunciadas nos últimos anos, em especial para a região Centro-Oeste, maior produtora do País. De acordo com estudo da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), o transporte dos **GRÃOS** por hidrovias reduziria os custos em 70%; por ferrovia seriam 35% menores. Mas, nesta safra, o estado, maior produtor nacional de soja, continuará a escoar 90% da colheita por via rodoviária.

No sistema rodoviário há várias obras de recapeamento e duplicação concluídas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, assim como em outros estados; outras estão em andamento. Mas ainda que as condições das estradas melhorem, o deslocamento por caminhão em longas distâncias - no caso mais de mil quilômetros até os portos de Paranaguá e Santos - é caro e ineficiente. "Os problemas de escoamento da safra do Centro-Oeste vão continuar. A melhora das estradas por si só não garante ganho de eficiência no transporte dos **GRÃOS**. O modal rodoviário é antieconômico", avalia Bruno Batista, diretor-executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Modais de transporte mais eficientes ainda são uma realidade longínqua. Pequena parte da produção de Mato Grosso, por exemplo, sai pelas hidrovias Paraná-Tietê, Rio Madeira e Araguaia; nas ferrovias, parcela da produção do sul do estado sai pelos trilhos da Ferronorte. A Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), entre Goiás, Mato Grosso e Rondônia, ainda não passou da fase de projeto.

"Vemos que, de fato, há um esforço para recuperar as estradas. Mas em épocas de chuva, como agora, os buracos surgem com uma rapidez maior que a capacidade de tapá-los. O problema é que continuamos sem alternativas", explica Marcos da Rosa, coordenador da comissão de logística da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja). Ele, que também é produtor da região de Canarana, paga, em média, US\$ 120,00 por tonelada para levar a oleaginosa até o Porto de Paranaguá. Para se ter uma ideia do que isso representa, em dezembro passado o preço médio da soja brasileira vendida ao mercado externo era de US\$ 498,00 por tonelada, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior.

Dados da Associação Nacional dos Usuários dos Transportes de Carga (Anut) mostram que a precariedade do transporte faz com que o produtor brasileiro tenha uma desvantagem de US\$ 74,00 por tonelada, na comparação com os norte-americanos e argentinos; somados frete ao porto (US\$ 71,00) com despesas portuárias (US\$ 3,00). Enquanto na Argentina as distâncias favorecem o transporte rodoviário, nos Estados Unidos as grandes distâncias são vencidas com uso de ferrovias e das hidrovias.

Recursos são insuficientes

De acordo com dados da mais recente prestação de contas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, em Mato Grosso, o investimento previsto em logística de transporte entre 2007 e 2010 somou R\$ 2,516 bilhões; em Mato Grosso do Sul, R\$ 1,602 bilhão; em Goiás, R\$ 3,058 bilhões. No Pará, ligação entre a produção do Centro-Oeste e os portos do Norte, o investimento previsto somou R\$ 2,77 bilhões. O percentual de aplicação desses recursos varia, mas, em que pese o montante dos recursos, as obras, no estágio em que estão, vão apagar incêndio.

"Tivemos poucos avanços até agora. São necessários mais portos, mais terminais, mais ferrovias. Com os 30 mil km de ferrovias que estão aí, e nem tudo está em operação, não dá. E isso não se recupera em um ano ou dois", resume a consultora Elizabeth Chagas, especialista em logística.

Ela avalia que o governo, com as obras recentes, corre atrás do prejuízo após anos de subinvestimento em logística e infraestrutura e lembra: com o País em crescimento, a agricultura concorre por transporte com os outros setores da economia, o que pressiona todo o sistema de escoamento da produção nacional. "Os gargalos estão aí do mesmo jeito."

Faltam silos apropriados para os GRÃOS

No setor de armazenagem os problemas não são menores. Há falta de silos apropriados para cada tipo de **GRÃOS**, a despeito de a capacidade estática da **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** ser de quase 138 milhões de toneladas. Estimativas informais são de que o déficit beira os 60 milhões de toneladas. "Para a soja, por exemplo, os armazéns não são apropriados", diz Marcos de Rosa, da Aprosoja. É por isso, observou, que 30% da produção do Estado fica "estocada" sobre caminhões nas filas de embarque dos portos na época do escoamento. Ele também lembra a situação dos produtores de milho, que colheram uma grande safra no ano passado. Muitos deixarão o grão ao léu por não ter onde armazená-lo.

Dragagem de portos é problema

Se o transporte até as vias de exportação é precário, os terminais portuários não têm ficado atrás. Um dos problemas mais prementes é a dragagem, o afundamento dos canais para que grandes navios possam ser carregados em sua totalidade. Semana passada, por exemplo, o

Terminal Graneleiro do Guarujá (TGG), no Porto de Santos, recebeu um navio com capacidade para carregar 190 mil toneladas de milho, o capesize Leonidas Warrior, mas só pôde embarcar 112 mil toneladas porque o canal de navegação de Santos precisaria ter uma profundidade de 17 metros, mas tem apenas 13,3 metros. Apenas em 2014 o canal será aprofundado para 17 metros.

Em Paranaguá não é diferente. O porto anunciou uma dragagem emergencial dos berços de atracação, ao custo R\$ 2,5 milhões, que deverá estar pronta em fevereiro. Mas a dragagem de manutenção do Canal da Galheta, da bacia de evolução do Porto de Paranaguá e de aprofundamento dos canais, ao custo de outros R\$ 152 milhões, ficará para pelo menos 2012.

Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO - RS

Estoques mundiais de milho: o menor nível em quatro anos

27 de janeiro de 2011

Não é por menos que o mundo anda nervoso com as perspectivas de abastecimento de alimentos. A demanda aumenta, as safras sofrem os efeitos das inconstâncias climáticas e o resultado é, simplesmente, frustrante. A ponto de líderes mundiais chegarem a propor o controle dos estoques, dos volumes comercializados e até dos preços.

O caso do milho - essencial na produção das duas carnes mais consumidas no mundo, a suína e a de frango - é bem ilustrativo: paira, sobre o grão, a perspectiva de chegar ao final de 2011 com o menor estoque final mundial dos últimos quatro anos.

No Brasil, a situação não é muito diferente: após encerrar a safra 2007/08 com um estoque final quase 350% superior ao da safra anterior (de 2,5 milhões/t para 11,3 milhões/t, segundo a **CONAB**) e manter esse estoque acima dos 11 milhões de toneladas por três anos consecutivos, o País deve chegar ao final de 2011 com um estoque final pelo menos um quarto menor que o do ano passado.

E não porque esteja ocorrendo sensível redução da produção (a última previsão para a presente safra, cuja colheita já está atrasada, é de queda de cerca de 6% e volume ainda superior a 50 milhões de toneladas), mas sim por que é firme a demanda externa do produto.

Em conseqüência, enquanto os estoques mundiais, apesar de menores, tendem a encerrar 2011 com volume apenas 2% inferior aos de 2008, os brasileiros caminham para uma queda não muito distante dos 30%.

Fonte: Agronotícias

Comissão Técnica revisa normas para certificação de armazéns

28/01/11

Audidores têm prazo de 180 dias para apresentar o relatório com ajustes das regras que devem ser cumpridas por proprietários de unidades armazenadoras

Os armazéns de grãos e produtos agrícolas vão passar por ajustes de acordo com as normas previstas para garantir o certificado de qualidade. Desde o último mês de dezembro, esses estabelecimentos têm maior prazo para obter a certificação. Nesta semana, a Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras iniciou a revisão dos requisitos técnicos obrigatórios e recomendados para certificação de unidades armazenadoras, conforme as necessidades apresentadas pelos próprios armazéns. O trabalho deve ser concluído em 180 dias.

A Comissão tem até o dia 12 de junho para apresentar o relatório com os novos parâmetros

técnicos e operacionais para a Certificação de Unidades Armazenadoras em todo o território nacional. “O nosso objetivo é revisar aquelas normas que algumas unidades não estão conseguindo implantar”, destaca a coordenadora-geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção do Ministério da Agricultura, Maria Auxiliadora Domingues de Souza.

Os requisitos analisados vão desde as instalações físicas dos escritórios dos armazéns até os sistemas de medição de temperatura e umidade dentro das unidades. Para a coordenadora, com essa ação, o ministério quer tornar viável a implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. Quando totalmente implantado, o sistema vai melhorar a qualidade dos armazéns brasileiros. A mudança evitará perdas na produção e garantirá a qualidade dos grãos

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

The logo for Siarna, featuring the word "Siarna" in a stylized, cursive, golden-yellow font.The logo for ESALQ-LOG, consisting of the text "ESALQ-LOG" in a bold, black, sans-serif font above a graphic of a grid of colored squares (red, blue, green) arranged in a pattern that suggests a stylized 'L' or a similar shape.